



ACÓRDÃO Nº 237/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10801/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba – IMTTI.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Armstrong Padilha de Souza - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5279/2016-MP-EMFA, da Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls.229/230).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - IMTTI. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Conhecimento. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anuais do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba, exercício 2014, sob a responsabilidade do **Sr. Armstrong Padilha de Souza**, Gestor e Ordenadora de Despesa, em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais, conforme as irregularidades 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 15 e de dano ao erário (irregularidade 11 do item 20 do Relatório desta Proposta de Voto);
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Armstrong Padilha de Souza** no valor de **R\$ 6.595,94** (seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), nos termos do inciso VI do art. 308 do RI-TCE/AM, por ter dado causa ao pagamento indevido de multas e juros referente a atraso do recolhimento do INSS, configurando ato praticado com grave infração (irregularidade 11 do item 17 da Proposta de Voto) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para a Prefeitura Municipal de Iranduba. O recolhimento devera ser realizado no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Armstrong Padilha de Souza**, Gestor e



ACÓRDÃO Nº 237/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Ordenador de Despesa, referente ao exercício 2014 no valor de 12.300,00 (doze mil e duzentos reais), nos termos do inciso VI do art. 308 da Resolução 4/2002 (RITCE/AM), em decorrência de atos praticados com grave infração às normas legais (irregularidades 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14 e 15 da Proposta de Voto) que deverão ser recolhidos na esfera Estadual para o Órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ no prazo de 30 dias;

9.4. Conhecer o senhor Armstrong Padilha de Souza, Gestor e Ordenador de Despesas, exercício 2014, inabilitado por 05 anos para o exercício de cargo de comissão ou função de confiança, em virtude da existência de graves infrações por ele praticadas, nos termos do art. 56 da Lei Orgânica-TCE/AM;

9.5. Determinar ao Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba - Imtti, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.5.1. Efetue o repasse à Segurança e Educação de Trânsito, conforme previsão legal;

9.5.2. Realize convênio com o Departamento Estadual de Trânsito para utilização integrada do sistema desse órgão, no sentido de registrar a pontuação na CNH do condutor referente à infração cometida;

9.5.3. Ao Poder Executivo Municipal que providencie a regularização da situação do quadro de pessoal do IMTTI, criando cargo público específico para a área de atuação do Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Iranduba;

9.5.4. Adote as medidas necessárias para a realização de concurso público, nos termos do inciso II do art. 37 da CF/88;

9.5.5. Providencie a regularização das pastas funcionais dos servidores;

9.5.6. Regularize a situação quanto à guarda, conservação e localização dos bens patrimoniais, bem como a indicação de um servidor responsável pelo patrimônio;

9.5.7. Providencie espaço físico para instalação de almoxarifado, e que mantenha sistema de controles dos bens patrimoniais de natureza material, indicando responsável pelo ingresso, distribuição e guarda desses bens, bem como controle do saldos para registros contábeis;

9.5.8. Implante controle eficiente dos bens patrimoniais, tais como:



ACÓRDÃO Nº 237/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

registros em livro próprio tombamento, definição de responsabilidade pelos bens, inclusive com os respectivos contábeis de sua perda de valor por obsolescência, desgaste físico ou tecnológico;

9.5.9. Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de Março de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral